

AÇÕES COLETIVAS NA ERA DA INTERNET: A legitimação dos movimentos articulados pela rede.

Mariella Batarra MIAN¹
Gabriel Perrenoud ZOTELLI²

Resumo

A segunda década do século XXI teve seu início marcado por ações coletivas ocorridas em todo mundo e articuladas pelas redes sociais da internet. Assim como os movimentos sociais da segunda metade do século XX se consagraram na história da sociedade, esses movimentos da contemporaneidade certamente marcarão uma nova tendência de articulação de coletivos em prol do interesse público. A realidade contemporânea revela-se permeada pelas tecnologias de informação e comunicação. Essas são capazes de ampliar as relações sociais nas redes virtuais da internet e de atuar como facilitadoras das relações entre os indivíduos que, de alguma forma, anseiam construir coletivos que questionem as políticas hegemônicas e busquem transformar suas realidades. Diante deste contexto, este artigo reflete acerca das características e peculiaridades dessas ações coletivas emergidas do ambiente online e discute suas possibilidades de legitimação enquanto movimentos sociais.

Palavras-chave: mobilização; redes sociais; ações coletivas; movimentos sociais; internet.

Introdução

As relações da sociedade são permeadas pelo modo em que os sistemas econômicos, políticos, ambientais, trabalhistas, culturais etc. são operados por suas lideranças, sobretudo estatais. Seja nos países que se consagram democráticos ou em regimes ditatoriais, prevalece o interesse dos chefes de Estado em conduzir os indivíduos a aceitarem suas proposições hegemônicas.

Os países que adotam políticas autoritárias impõem suas ações sob a cultura do medo e da violência. Já em nações com regimes democráticos esses modelos geralmente são definidos pelas autoridades políticas eleitas pela população. Em ambos os casos, com proporções muitas vezes discrepantes, algumas (ou muitas) ações governamentais priorizam interesses particulares em detrimento do bem estar

¹ Relações Públicas na Universidade Federal do ABC. Mestranda em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC. Especialista em Gestão de Marketing pela Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP. Graduada em comunicação social: Relações Públicas – Unesp. Email: mariellabm@gmail.com.

² Relações Públicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Especialista em Marketing pela Escola de Propaganda e Marketing - ESPM. Graduado em comunicação social: Relações Públicas – Unesp. Email: gaboopz@gmail.com.

da sociedade. É justamente a partir do prevalescimento dos interesses das classes dominantes, que emergem as ações de resistência, como propulsoras do antagonismo ao poder.

A resistência e os movimentos sociais

A resistência pode ser manifestada de diversas formas pelos indivíduos. As ações que a constroem podem ser individuais ou coletivas e suas consequências podem ocorrer explicita ou implicitamente. O teórico James Scott ao se debruçar sobre as formas de resistências do cotidiano dos camponeses traz o que ele denomina de “formas cotidianas de resistências” (SCOTT, 1990). Utilizando seu objeto de estudo, o autor explica a essência desse conceito:

Aqui tenho em mente as armas comuns dos grupos relativamente sem poder: fazer “corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza. Essas formas brechtianas de luta de classe têm certas características em comum: requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de auto-ajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite. (SCOTT, 2002, p.11-12)

Ao analisar a contribuição de Scott, Menezes (2002, p.33) expõe que o teórico discorda da separação entre ‘resistência real’ e ‘resistência incidental’ e considera como formas de resistências igualmente relevantes à sociedade tanto as práticas cotidianas quanto as dos movimentos sociais, estando até mesmo relacionadas em determinados contextos. Entretanto, somente em caráter de classificação, Scott (1985, *apud*, MENEZES, 2002, p. 33) propõe a distinção conceitual entre essas formas de resistência:

Resistência real, se argumenta, é (a) organizada, sistemática e cooperativa; (b) guiada por princípios e não-egoísta; (c) tem consequências revolucionárias e /ou (d) incorpora ideias ou intenções que negam as bases da dominação em si mesmas. Atividades incidentais ou epifenomênicas, por contraste, são (a) desorganizadas, não-sistemáticas e individuais; (b) oportunistas e de auto-satisfação; (c) não têm consequências revolucionárias e/ou (d) implicam na sua intenção ou significado, uma acomodação com o sistema de dominação

Sem desconsiderar a relação dialética entre os conceitos, nesse trabalho será analisada com mais afinco a dinâmica dessa “resistência real” de Scott, que se refere às ações sociais coletivas – movimentos sociais – permeados por embates (com ou sem violência) explícitos contra o poder. Para Manuel Castells (1999) as ações de resistência são as mais importantes e eficazes maneiras de construção da identidade³ social. O sociólogo acredita que os movimentos sociais são “ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade” (CASTELLS, 2000, p.20).

No decorrer da história ocorreram diversos movimentos sociais que delinearão os caminhos da humanidade. Para Maria da Glória Gohn (2011), esses movimentos sociais sempre existiram e sempre existirão. Sobre o entendimento conceitual acerca dos movimentos sociais, a autora acrescenta ainda que:

Historicamente, observa-se que têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência. Não são só reativos, movidos apenas pelas necessidades (fome ou qualquer forma de opressão); podem surgir e desenvolver-se também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência. Na atualidade, apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática[...] Finalmente, os movimentos sociais tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais. (GOHN, 2011, p.336)

Parafrazeando Touraine, a teórica acredita que as ações coletivas “são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberta.” (GOHN, 2011, p. 336).

Até o final do século XX, havia certa conformidade acerca das características dos movimentos sociais ocorridos até então. No decorrer do referido século, a humanidade assistiu à eclosão de incontáveis movimentos populares. Desde a Revolução Russa, passando pelo maio de 1968 e chegando até o movimento que culminou no impeachment do ex-presidente Fernando Collor, as manifestações populares reivindicavam a subversão da ordem vigente. Além do caráter

³ O conceito de “identidade” considerado pelo autor refere-se “a fonte de significado e experiência de um povo” (CASTELLS, 1999, p. 22)

reivindicatório e contestador, há algo mais em comum entre os movimentos citados acima: eles possuíam um polo irradiador unívoco.

Por mais heterogêneo que pareça um grupo de manifestações constituído pela Revolução Russa, as rebeliões juvenis do maio de 68 e a luta pela queda de Collor, não há dúvidas que todos os signatários desses movimentos saberiam apontar seus líderes.

O surgimento de lideranças verdadeiramente populares não era difícil de acontecer (...). Sobretudo com as situações de desespero vividas pelo povo, com o aumento do custo de vida, do desemprego e do desamparo social. Assim, quando surgia alguém que falava a linguagem popular e condenava as injustiças sociais, logo era reconhecido pelo povo. Ele se tornava o porta-voz das angústias e anseios da população. Mas somente o tempo diria se a liderança que surgiu era autêntica ou visava apenas uma brilhante carreira política. (FERREIRA, 2008, p.109)

Além das lideranças definidas, os movimentos sociais nos moldes “tradicionais” são notadamente reconhecidos por seu caráter institucionalizado, por suas causas bem definidas e seus objetivos de luta traçados com precisão. Dessa forma, essas ações coletivas são organizadas formalmente e suas reivindicações são facilmente identificadas. Na contemporaneidade é possível citar uma série de movimentos com as características supracitadas, como por exemplo: os movimentos feministas, o movimento dos negros, o movimento dos sem-terra e outros (GOHN, 2008).

Entretanto, em paralelo a esses movimentos sociais construídos com bases tradicionais, surgiram na contemporaneidade novas formas de organização de ações coletivas com as peculiaridades características de um contexto social permeado pelas tecnologias de informação e comunicação e, sobretudo, pela ampliação do acesso à internet.

Contexto da sociedade informacional

Com a chegada da internet ocorreram mudanças expressivas nos meios de interação social, principalmente, a partir da década de 1990 em que esse fenômeno transcendeu seus objetivos militares e começou a ser incorporado pela sociedade como um todo. A partir desse período, as pessoas passaram a se comunicar, buscar e produzir informações no ambiente online.

Dessa maneira pode-se destacar a existência de uma nova economia regente, uma economia que surge com velocidade e mobilidade extraordinárias, mostrando uma sociedade interativa, a “sociedade informacional” (CASTELLS, 1999), que se comunica através das inovações informacionais, presentes em seu contexto sócio histórico, de maneira surpreendente. Em um comparativo sócio histórico, a capacidade que a internet possui em distribuir força da informação por todo o domínio da atividade humana se equipara ao que a eletricidade e suas redes elétricas representaram na Era Industrial. (CASTELLS, 2003).

Esse momento representa um marco nos processos de interação da humanidade, principalmente diante do surgimento das mídias sociais digitais. Para Santos (2012), a internet deixou de ser uma rede de computadores e passou a ser uma rede de pessoas. Mainieri e Ribeiro (In OLIVEIRA e MARCHIORI, 2012, p.248) complementam esse pensamento: “[...] observa-se que o surgimento das mídias sociais acarreta mudanças nas formas de se pensar e de se fazer a comunicação e, conseqüentemente, nas formas de interação social.”.

Castells (2009) ao tratar a comunicação na era digital, evidencia as características dos meios de comunicação surgidos após a difusão da internet. Para o teórico enquanto os meios de comunicação de massas tradicionais (televisão, rádio, revistas, livros etc.) exercem predominantemente a comunicação unidirecional (de um para muitos) os novos meios, denominado por ele como “autocomunicação de massas”, se diferenciam por sua capacidade de interação (de muitos para muitos).

[...] Essa nova forma histórica de comunicação, eu denomino autocomunicação de massas. É comunicação de massas porque pode atingir uma audiência global, como quando se carrega um vídeo no YouTube, um blog com links RSS para uma série de sites ou de mensagens para uma lista enorme de endereços de e-mail. Ao mesmo tempo, é autocomunicação, porque o indivíduo gera a mensagem, define os possíveis receptores e seleciona mensagens específicas ou o conteúdo da Web e das redes de comunicações eletrônicas que deseja recuperar [...](CASTELLS, 2009, p. 88, tradução nossa)

As autoras Lemos e Santaella (2010) enfatizam a questão temporal dessas mídias sociais e sua mobilidade contínua. Elas denominam a tendência de “*always on*” e esclarecem que a conexão ao digital é onipresente e contínua. A cultura do

“*always on*” reforça o conceito da internet colaborativa e representa exatamente a participação ativa dos usuários na internet, não mais apenas como observadores, mas sim como coautores e críticos das informações.

No contexto contemporâneo é importante observar o papel cívico da Internet que, dependendo da forma que é utilizada pela sociedade, pode funcionar como uma ferramenta eficaz na luta por interesses e disseminação de ideologias.

Yochai Benkler elucida o conceito de esfera pública no contexto da sociedade informacional e sugere um caráter mais democrático nessa “esfera pública interconectada” (BENKLER, 2006) do que na esfera pública controlada pelos meios de comunicação de massa. O teórico justifica que os meios de comunicação online reduzem os custos de se tornar um emissor e que a arquitetura da rede permite completamente a possibilidade do cidadão participar de debates de interesse público.

Essa realidade informacional impulsionou a forma de articulação dos indivíduos e ampliou a capacidade dos usuários em utilizarem as mídias sociais como forma de expressar livremente suas ideias e de se aproximarem ativamente de questões globais de âmbitos políticos, econômicos, culturais, sociais e ambientais.

Essas novas formas de relacionamento na rede, interligadas sinergicamente com as demais transformações econômicas, políticas, culturais, etc., trazem a tona outras reflexões e perspectivas teóricas acerca das formas de organização de ações coletivas da contemporaneidade. O teórico Remo Mutzenberg (2011, p.128), compreende essa necessidade iminente e reflete que:

Frente às transformações econômicas, políticas, sociais, culturais, tecnológicas e cognitivas, que marcam o contexto dessa afluência e seus desdobramentos no campo das ações coletivas, as perguntas sobre como identificar, como entender e como explicar as ações coletivas e a identidade de seus agentes tornou o campo teórico e da pesquisa mais heterogêneo. Essa questão sobre os sentidos das múltiplas formas de ação dos movimentos sociais, promovidas por múltiplos agentes, coloca uma das perguntas mais desafiadoras e conflitivas para a Teoria Social, em geral, e à metodologia das Ciências Sociais, em particular.

Assim, torna-se imprescindível compreender as peculiaridades que engendraram as ações coletivas emergidas no início da segunda década do século XXI com

caráter transformador, que tomaram proporções gigantescas e repercutiram mundialmente.

Os indignados da contemporaneidade

Em dezembro de 2010, o pequeno comerciante tunisiano Mohamed Boauzizi ateou fogo ao próprio corpo em protesto contra a expropriação da balança que usava para pesar as frutas e verduras que vendia. No passado, o gesto, embora nada banal, poderia ter se perdido na linha fina das notícias nos jornais no dia seguinte. Mas, tal como fogo em um rastro de pólvora, a atitude do homem se propagou por meio das diversas mídias de “autocomunicação de massas” e deflagrou uma ruptura institucional que levou a Tunísia e outros países árabes a um ponto sem volta em suas histórias, as manifestações da “Primavera Árabe”.

A singularidade histórica da “Primavera Árabe” ocorre por ter sido o primeiro movimento social digitalmente mediado e caracterizado por uma nova geração de ativistas com capacidade plena e autônoma de comunicar-se e organizar-se. (CASTELLS, 2013).

Gestados inicialmente como imensas brincadeiras ao ar livre, os *flash mobs* (manifestações relâmpagos e bem-humoradas combinadas pela internet) parecem claramente ter influenciado os artífices da Primavera Árabe no que diz respeito à sua forma de organização. Essa fonte de inspiração também serviu de base para os movimentos organizados via web que eclodiram mundo afora e impactaram na dinâmica política de diversos países.

Na “Primavera Árabe” e em diversos outros movimentos sociais articulados pelas internet, as mídias sociais serviram tanto de plataforma para arregimentar participantes para as ações coletivas como meio de informar o resto do mundo sobre o que ocorria nos países convulsionados pelas manifestações.

As redes sociais possibilitam que os indivíduos interajam com dinamismo jamais vivido pela humanidade. Há possibilidade de organizarem discussões e agendar seus encontros por meio de ferramentas instantâneas e de caráter interativo. Para o sociólogo Sérgio Amadeu da Silveira “a rede social dá poder a pequenos grupos e reduz os custos de articulação” (*in* SCORCE, 2013).

O teórico Manuel Castells, em sua obra “Redes de Indignação e Esperança” explicita as principais características dos movimentos sociais articulados pela rede e aponta os fatores que os diferenciam dos movimentos tradicionais. Para o teórico:

Os movimentos sociais em rede de nossa época são amplamente fundamentados na internet, que é um componente necessário, embora não suficiente, da ação coletiva. As redes sociais digitais baseadas na internet e nas plataformas sem fio são ferramentas decisivas para mobilizar, organizar, deliberar, coordenar e decidir. Mas o papel da internet ultrapassa a instrumentalidade: ele cria as condições para uma forma de prática comum que permite a um movimento sem liderança sobreviver, deliberar, coordenar e expandir-se. (CASTELLS, 2013, p.478)

No decorrer de sua obra, Castells (2013) elencou diversas especificidades reconhecidas em todas as mobilizações iniciadas pela rede, são as seguintes:

1. A horizontalidade da rede permite mais cooperação, interação e solidariedade entre os ativistas e reduz a necessidade de lideranças formais.
2. Começam na internet, mas não são essencialmente digitais: passam a existir quando tomam as ruas.
3. São simultaneamente locais e globais.
4. Não são institucionalizados: não estão vinculados a partidos, sindicatos ou outras organizações.
5. Em princípio não são violentos. Envolvem-se pacificamente com ações de desobediência civil.
6. Seguem a lógica das redes, atingem um grande número de pessoas e se propagam rapidamente.
7. Geralmente não possuem causas únicas.
8. Atingem a classe política e deliberam mudanças, mesmo que em médio e longo prazo.
9. Pretendem transformar a consciência dos cidadãos e são voltados para a mudança de valores da sociedade.

Em entrevista sobre os movimentos sociais da contemporaneidade ao Estado de São Paulo, Maria da Glória Gonh identificou suas semelhanças ao dizer que:

Fazem parte de uma nova forma de movimento social composta predominantemente por jovens, escolarizados, predominância de camadas médias, conectados por e em redes digitais, organizados horizontalmente e de forma autônoma, por isso são críticos das formas tradicionais da política tais como se apresentam na atualidade - especialmente os partidos e os sindicatos [...] Eles têm estética particular nas manifestações: no conjunto não desfraldam bandeiras de organizações e nem usam faixas pré-confeccionadas; usam palavras de ordem em cima da demanda foco, sem carros de som, e o batoque ou as palmas são utilizados no percurso das marchas. (UNISINOS, 2014)

Cada um dos movimentos articulados essencialmente pelas redes sociais da internet possuía características próprias e assumiam a identidade cultural do contexto em que estavam inseridas. Entretanto, de alguma maneira a “Primavera Árabe”, o “Occupy Wall Street”, os indignados do “15M”, os manifestantes brasileiros de Junho de 2013 e diversas outras ações coletivas que eclodem cotidianamente na rede, possuem semelhanças que os aproximam da essência da sociedade informacional e, principalmente, os diferem dos movimentos sociais tradicionais. Para Gohn (UNISINOS, 2014) essa diferença ocorre primordialmente na relação dos ativistas com a política, enquanto os movimentos tradicionais buscam “mudar a sociedade via mudanças políticas” as ações coletivas articuladas na internet “querem mudanças na política via atuação diferenciada do Estado no atendimento à sociedade. Não negam o Estado, querem um Estado mais eficiente”.

Por serem recentes e com formas de organização que se diferem dos movimentos tradicionais, essas ações coletivas ainda são questionáveis acerca de sua legitimidade, principalmente no que tange seu caráter revolucionário e deliberativo. Em seus estudos, Castells (2013) critica a visão produtivista da ação social e entende que as mudanças não são instantâneas sendo o processo ideológico o principal “produto” das manifestações.

Essa é a verdadeira transformação revolucionária: a produção material da mudança social, não a partir de objetivos programáticos, mas das experiências conectadas dos atores do movimento. É por isso que assembleias ineficientes são importantes, pois são as curvas de aprendizagem da nova democracia. É por isso que as comissões existem e morrem, não dependendo de sua eficiência, mas do comprometimento das pessoas que contribuem com seu tempo e suas ideias. É por isso que a não violência é uma prática fundamental, pois um mundo não violento não pode ser criado pela violência revolucionária. Por pensarem que essa lógica não produtivista do movimento é a transformação mental mais importante, eles aceitam a lentidão do processo e se preparam para uma longa jornada, pois a falta de pressa é uma virtude. (CASTELLS, 2013 p.275-276)

Portanto, ainda que não tenham resultado em deliberações diretamente relacionadas às discussões iniciadas na internet, as ações coletivas fomentadas nas redes se concretizaram nas ruas e ratificaram a capacidade que as mídias sociais digitais possuem de mobilizar, influenciar e articular rapidamente pessoas de diferentes localidades em prol do interesse público e de novas perspectivas para a sociedade.

Considerações Finais

Olhando do ponto de vista da Internet como espaço de discussão, pode-se considerar que, ainda que falte maturidade em sua utilização, começam a despontar exemplos de manifestações da sociedade com o poder de gerar discussões públicas importantes para o bem estar social. Como defende Silveira (2009, p.82), “as ferramentas tecnológicas não criam a participação, mas são construídas exatamente porque um conjunto crescente de cidadãos está disposto a discutir e a participar do debate sobre diversos assuntos, inclusive os políticos”.

Os atores que antes não tinham voz estão percebendo que é possível despertar a opinião pública para temas relevantes. Assim, em dimensões diversas, a repercussão dessas manifestações tem se mostrado potencialmente como um novo viés de expressão de pensamentos e opiniões, debate, pressão sobre poderes hegemônicos e força de transformação da realidade contemporânea e a tomada das ruas é a principal evidência de que os discursos expressos nas mídias sociais possuem legitimidade.

Referências

BENKLER, Yochai. The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom. New Haven and London: Yale University Press, 2006.

BERABA, Marcelo. Após atos, governo não tem interlocutores. 13 jul.2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,apos-atos-governo-nao-tem-interlocutores,1053152,0.htm>>. Acesso em: 18 mai. 2014

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. Comunicación y poder. Madrid: Alianza, 2009.

_____. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. Redes de indignação e de esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

FERREIRA, Jorge. Brizola em panfleto: As ideias de Leonel Brizola nos últimos dias do governo de João Goulart. Projeto História, São Paulo, n.36, p. 103-122, jun. 2008.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. In: CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 54. Set./Dez. 2008

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47. Maio/Ago. 2011

MAINIERI, Tiago; RIBEIRO, Eva. As implicações das mídias sociais na comunicação organizacional. In OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; MARCHIORI, Marlene. (Orgs.). Redes Sociais, Comunicação, Organizações. 1ªed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2012.

MENEZES, Marilda A.de. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. In: Raízes, Vol. 21, no. 01, jan a jun. 2002.

MUTZEMBERG, Remo. Movimentos Sociais Entre Aderências, Conflitos e Antagonismos. In: SINAIS – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, Junho. 2011

SANTAELLA, Lucia; LEMOS, Renata. Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter. São Paulo: Paulus, 2010.

SANTOS, Cristiano. Marketing Colaborativo. In BRAMBILLA, Ana. (Org.). Para entender as Mídias Sociais – Volume 2. Salvador: Edições VNI, 2012.

Seminário FESPSP “Cidades conectadas: os desafios sociais na era das redes”
17 a 20 de outubro de 2016
GT 4 - Ciberpolítica e Cibercultura

SCORCE, Carol. Redes sociais articularam grandes movimentos nas ruas. 22 jun.2013. Disponível em:
<http://www.abcdmaior.com.br/noticia_exibir.php?noticia=51348>. Acesso em: 10 mai. 2014

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: Raíces, Vol. 21, no. 01, jan-jun,2002.

_____. Los dominados y el arte de la resistencia. México: Ediciones Era, 1990.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Esfera pública interconectada, *blogosfera* e redes sociais. Em: Esfera pública, redes e jornalismo. Rio de Janeiro: e-papers, 2009.